

Empresa de
Transmissão de
Energia do Mato
Grosso S.A - ETEM

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Angelmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
CIRCULANTE			
		21.998	19.034
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.423	1.787
Títulos e valores mobiliários	6	1.946	2.333
Contas a receber ativo financeiro	7	14.889	13.808
Outros ativos		740	1.106
NÃO CIRCULANTE			
		103.604	102.567
Contas a receber ativo financeiro	7	103.399	102.362
Depósitos judiciais		205	205
TOTAL DO ATIVO		125.602	121.601
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		11.905	11.593
Empréstimos e financiamentos	8	3.557	3.531
Fornecedores		46	1.172
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	6.764	5.402
Encargos regulatórios		482	442
Outros passivos		1.056	1.046
NÃO CIRCULANTE			
		35.975	37.690
Empréstimos e financiamentos	8	25.325	28.471
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	9.646	8.145
Outros passivos		1.004	1.074
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		77.722	72.318
Capital social	11.1	43.000	43.000
Reservas de lucros		34.722	29.318
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		125.602	121.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	13.493	17.759
CUSTO OPERACIONAIS			
Pessoal		(741)	(689)
Material		(200)	(120)
Serviços de terceiros		(876)	(3.653)
Outros		(557)	(237)
Custo de infraestrutura		673	(49)
		(1.701)	(4.748)
LUCRO BRUTO		11.792	13.011
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e administradores		(374)	(309)
Material		(13)	(1)
Serviços de terceiros		(167)	(397)
Outros		(127)	(151)
		(681)	(858)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.111	12.153
Despesas financeiras	13	(2.983)	(3.413)
Receitas financeiras	13	498	791
		(2.485)	(2.622)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.626	9.531
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(359)	(599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.501)	(1.673)
		(1.860)	(2.272)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.766	7.259
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		0,15735	0,16881
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		43.000	43.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.766	7.259
Outos resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>6.766</u>	<u>7.259</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		43.000	(314)	1.592	870	21.321	-	66.469
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.259	7.259
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	363	-	-	(363)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	4.459	(4.459)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.724)	(1.724)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	713	-	(713)	-
Capital a integralizar		-	314	-	-	-	-	314
Saldos em 31 de dezembro de 2016		43.000	-	1.955	1.583	25.780	-	72.318
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.766	6.766
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	338	-	-	(338)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	4.087	(4.087)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.362)	(1.362)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	979	-	(979)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		43.000	-	2.293	2.562	29.867	-	77.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.626	9.531
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Juros e variações monetárias	2.862	3.260
Receita de aplicações financeiras	(219)	(295)
Atualização monetária - impostos a recuperar	(23)	(44)
Descontos financeiros obtidos	(21)	-
	<u>11.225</u>	<u>12.452</u>
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(2.118)	(6.584)
Outros ativos	263	(184)
	<u>(1.855)</u>	<u>(6.768)</u>
(Redução) no passivo		
Fornecedores	(1.126)	265
Outros passivos	(48)	(439)
	<u>(1.174)</u>	<u>(174)</u>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(220)	(127)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>7.976</u>	<u>5.383</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	606	640
Investimentos em aplicações financeiras	-	(338)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>606</u>	<u>302</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	314
Pagamentos de dividendos	-	(1.696)
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento	(5.946)	(6.157)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(5.946)</u>	<u>(7.539)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.636</u>	<u>(1.854)</u>
Demonstração do Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.787	3.641
Saldo no final do exercício	<u>4.423</u>	<u>1.787</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.636</u>	<u>(1.854)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 20 de janeiro de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.530	IPCA

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está inclusa na nota explicativa nº 7.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

As Contas a receber ativo financeiro são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como “ativos financeiros pelo custo amortizado” e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pela concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

A taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.8 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia:

3.9.1 *Receita de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.9.2 *Receita de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.9.3 *Receita de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.9.4 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	572	17
Certificados de depósitos bancários	3.851	1.770
	<u>4.423</u>	<u>1.787</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média a 90,10% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 85,60% em 31 de dezembro de 2016.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$1.946 (R\$ 2.333 em 31 de dezembro de 2016), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 99,41% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e em 98,44% em 31 de dezembro de 2016.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação das contas a receber ativo financeiro	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	109.586
Receita de operação e manutenção (nota 12)	5.700
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	13.972
Receita de infraestrutura (nota 12)	49
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(13.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	116.170
Receita de operação e manutenção (nota 12)	3.125
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	12.625
Receita de infraestrutura (nota 12)	(673)
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(12.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	118.288
Contas a receber ativo financeiro - circulante	14.889
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	103.399
	118.288

8 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante		
			Encargos	Principal	31/12/2017	31/12/2016	Principal	31/12/2017	31/12/2016
BNDES - Subcrédito A	15/04/2026	TJLP + 2,44% aa	101	3.344	3.445	3.421	24.527	24.527	27.573
BNDES - Subcrédito B	15/04/2026	TJLP + 2,04% aa	3	109	112	110	798	798	898
			104	3.453	3.557	3.531	25.325	25.325	28.471

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante de R\$ 45.000, sendo o subcrédito “A” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., e o subcrédito “B” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,04 % a.a. Esta captação possui vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização em 2012 e a última em 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010.

Este contrato com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES	3.453	3.453	3.453	3.453	3.453	8.060	25.325
	<u>3.453</u>	<u>3.453</u>	<u>3.453</u>	<u>3.453</u>	<u>3.453</u>	<u>8.060</u>	<u>25.325</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruirão do benefício se dará nos próximos 7 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	34.409	34.409	29.638	29.638
Imposto diferido - base de cálculo (1)	23.461	34.409	19.329	29.638
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	10.948	-	10.309	-
Alíquota aplicada (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota aplicada (1)	5.865	3.097	4.833	2.667
Total tributo alíquota incentivada	684	-	644	-
Total IRPJ e CSLL diferido	6.549	3.097	5.478	2.667
Total IR e CS alíquota aplicada		8.962		7.501
Total IR e CS alíquota incentivada		684		644
		9.646		8.145

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro real				
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Imposto de renda diferido	4.311	1.165	5.476	1.072	6.548
Contribuição social diferida	2.161	508	2.669	429	3.098
	6.472	1.673	8.145	1.501	9.646

10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	27.000.000	62,79	27.000.000	62,79
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.000.000	37,21	16.000.000	37,21
Total das ações	43.000.000	100,00	43.000.000	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	6.766	7.259
Constituição de reserva legal (5%)	(338)	(363)
Reserva de incentivos fiscais	(979)	(713)
Subtotal	5.449	6.183
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.362)	(1.724)
Reserva de lucros	(4.087)	(4.459)
Saldo de lucros acumulados	-	-

12 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	15.077	19.721
Receita de transmissão de energia (nota 7)	3.125	5.700
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 7)	12.625	13.972
Receita de infra-estrutura (nota 7)	(673)	49
Deduções da receita operacional	(1.584)	(1.962)
Programa de Integração Social - PIS	(198)	(259)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(860)	(1.184)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(354)	(348)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(118)	(117)
Taxa de fiscalização	(54)	(54)
Receita operacional líquida	13.493	17.759

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Receitas financeiras</u>	498	791
Receita de aplicações financeiras	420	743
Outros	78	48
<u>Despesas financeiras</u>	(2.983)	(3.413)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.499)	(2.755)
Outros	(484)	(658)
Total líquido	(2.485)	(2.622)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	8.626	8.626	9.531	9.531
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	7.832	7.832	8.336	8.336
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(12.601)	(12.601)	(13.971)	(13.971)
(+) Outros	160	127	162	162
Base de cálculo	4.017	3.984	4.058	4.058
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(979)	(359)	(991)	(365)
Lei Rouanet (-) 1%	-	-	6	-
Art. 69 Lei 12.973	-	-	28	10
Incentivo fiscal SUDAM	979	-	713	-
Total dos tributos correntes	-	(359)	(244)	(355)
Total dos tributos diferidos	(1.072)	(429)	(1.165)	(508)
Despesa total com tributos	(1.072)	(788)	(1.409)	(863)
Alíquota efetiva	21,56%		23,84%	

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta Administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi de R\$ 120 e R\$ 73, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 6.764.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores como outros passivos financeiros.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II o ativo financeiro e os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

16.4 Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi a TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2017	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
TJLP		7,00%	3,50%	5,25%	8,75%	10,50%	
BNDES - Subcrédito A	TJLP 2,44%	27.972	2.688	1.685	2.187	3.190	3.691
BNDES - Subcrédito B	TJLP 2,04%	910	84	51	67	100	116

16.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.5.1 Risco de crédito

a. Contas a receber ativo financeiro

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

16.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

16.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.5.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

16.5.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

16.6 Risco operacional

16.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

16.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões e dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários as recolocações das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições. Em 31 dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui qualquer passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

* * *

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Técnico

Willian Yoshiyuki Takahagi
Contador - CRC 1 SP 263.345